

Os jornalistas tem "traduzido" adequadamente a legislação ambiental?

Por Liana John

A nossa cobertura jornalística em relação à elaboração, discussão e aprovação de leis ambientais tem sido esporádica e nem sempre eficiente.

Em muitos casos, somos pegos de surpresa e "comentemos" matérias feitas às pressas, frequentemente com erros ou, se não tanto, com falhas importantes.

Contribuem para isso diversos fatores, que poderíamos analisar aqui rapidamente:

1. É difícil acompanhar o dia a dia do Legislativo, seja no Congresso Nacional, nas Assembléias e Câmaras de Vereadores ou em instâncias como o Conama. Os procedimentos e encaminhamentos de projetos de leis são extremamente complexos e o funcionamento destas casas se dá num ritmo muito diverso do dia a dia do jornalista. Seria necessário ter um setorista em cada casa, o que hoje é inviável mesmo para os maiores jornais.

Como resultado direto desta primeira dificuldade, nos tornamos, de certa forma, reféns de fontes ligadas aos partidos ou a ongs, com os vários vícios naturalmente decorrentes desta relação de dependência: fazemos matérias em cima de análises parciais, sempre com pressa, nem sempre pressionando quando devemos e nem sempre ouvindo adequadamente os vários lados. As fontes são, com frequência, as mesmas. O que não quer dizer necessariamente que ficamos do lado errado, acho até que costumamos nos posicionar do lado "do bem". Mas é preciso, como jornalistas, ter consciência desta dependência e dos riscos à objetividade e a uma certa imparcialidade daí decorrentes. É preciso conhecer as posições destas fontes e, sobretudo, buscar outras opiniões, mesmo que depois da matéria fechada e do estrago já feito, porque sabemos que são relações de longa duração.

2. Além da dificuldade em relação ao trajeto de projetos de leis e MPs pelos corredores e bastidores do Legislativo, temos também problemas com a linguagem, a tradução dos textos jurídicos para os textos jornalísticos. Aqui, de novo, dependemos de fontes, juristas que possam ser

consultados para nos ajudar a interpretar corretamente o que estamos lendo. Não é fácil ter estes juristas à mão, sobretudo no curto espaço de tempo de que dispomos para redigir nossas matérias. Por isso é importante ter uma agenda versátil e um arquivo mínimo, que ajude tanto a decifrar termos jurídicos como saber se eles são constitucionais, inconstitucionais, se vão contra outras leis ou não e quem que implementa, julga ou a quem se aplicam estas leis. Eu, por exemplo, já errei diversas vezes em coisas aparentemente prosaicas, como o nome dos tribunais. Aí não tenho nem a desculpa do texto jurídico que é difícil, das entrelinhas das leis, que nem sempre enxergamos. É barriga mesmo, incapacidade de decorar o nome dos tribunais, saber quem julga o que e de que instância vai para onde, além do azar de não ter encontrado ninguém para checar a informação a tempo. E o difícil é que, na Agência, mesmo com poucas horas de circulação, uma matéria pode fazer muitos estragos e eu já tive de sair enviando emails para corrigir os nomes dos tais tribunais em releases de ongs, em notas de boletins eletrônicos etc.

3. Em terceiro lugar vem a dificuldade com os históricos. Uma lei como a da Mata Atlântica, que tem 10 anos circulando de gaveta em gaveta no Congresso Nacional, ou uma MP como a do Código Florestal que já foi reeditada tantas vezes que já perdemos a conta, tem histórias longas e é difícil não se perder no meio do emaranhado de idas e vindas. Aqui novamente é fundamental manter arquivos e consultar especialistas. O trabalho das assessorias de imprensa de ongs ajuda imensamente, sobretudo as do WWF, Greenpeace e SOS Mata Atlântica.

Em relação a estes três primeiros problemas, quero ressaltar a atuação de algumas pessoas, que a meu ver, tem a noção do que é necessário para um jornalista e se mantêm disponíveis para ajudar na interpretação tanto quanto lhes é possível. Entre elas estão o incansável André Lima, do Instituto Socioambiental, o Dr Paulo Affonso Leme Machado, da Unesp, o Herman Benjamin, que tem nos feito uma certa falta ultimamente, a Elci, da SOS Mata Atlântica, o Nilo Sérgio, assessor da senadora Marina Silva e o Fábio Feldmann, que nem sempre é fácil de encontrar.

Também quero ressaltar o papel importante da lista eletrônica de Direito Ambiental, através da qual circulam comentários e análises, que nos ajudam muito a programar as pautas e identificar as questões mais importantes em cada projeto ou lei.

*Está final do Estado
implantar o p
- Patrimônio
Mata Atlântica
Herman*

4. Depois vem a difícil questão do comprometimento x objetividade. Não sei se alguém aqui ainda tem a ilusão de ser um jornalista ambiental isento e objetivo, mas imagino que todos tenham a intenção de ficar do lado certo, "do bem". Só que isso nem sempre é óbvio. As leis são negociadas em corredores, a que não temos acesso, e as negociações são impulsionadas por balões de ensaio plantados de todos os lados. Criticar publicamente uma posição aparentemente pouco ambientalista de um ator durante a amarração de um acordo pode estragar uma negociação. Deixar de publicar, por outro lado, pode significar pressão de menos. Publicar na hora errada às vezes também causa estragos ou precipita o fim das conversas.

Por isso, por mais que a hora do fechamento esteja próxima, é imprescindível parar para refletir sobre as conseqüências de uma matéria sobre legislação. Existem áreas do jornalismo em que o dito não pesa nada, os fatos prosseguem ignorando nossa opinião, mas não é assim na elaboração de leis. Temos casos de leis que saíram da gaveta por causa de matérias jornalísticas, temos casos de leis que foram modificadas depois de expostas na mídia e até de legisladores que correram para reparar erros, depois de contatados por jornalistas, como foi o caso do Fernando Gabeira, com a lei sobre patrimônio espeleológico. Ele havia retirado um artigo do projeto de lei, que obrigava à realização de EIA-RIMA para empreendimentos em área de influência de cavernas, a pedido de uma pessoa do Ministério do Meio Ambiente, e só foi perceber a extensão do dano depois de encerrada a sessão da Comissão Mista de Meio Ambiente, quando entramos em contato para saber o que tinha acontecido, alertados por uma pessoa de governo, que estava impedida, naquele momento, de se manifestar contra a retirada deste artigo. Neste caso, a matéria nem precisou sair nos jornais. Bastou o contato com o Gabeira e a veiculação no site da AE para surtir efeito.

O cuidado, aos assumir o comprometimento com o ambiente ou as espécies que a lei pretende proteger, deve ser em não deixar desaparecer completamente a objetividade, senão o crédito da opinião pública cai. É fundamental ouvir o outro lado, confrontar as posições opostas, entrar no mérito da questão. E isso às vezes pode ser chatíssimo de fazer. No caso de leis com vida muito longa, como a da Mata Atlântica, temos a impressão de estar escrevendo a mesma matéria, de novo e de novo. E aí cresce o risco de errar no histórico, errar na ênfase e causar estragos.

27/11 -
p. 10
Colocar -
revisar

5. Finalmente tem a questão da competição entre jornalistas e entre veículos. A busca do furo, no caso das leis, pode causar algumas turbulências. Existem momentos em que a imprensa especializada precisa pressionar em bloco, pela inclusão de um PL na pauta de votações, como é o caso da Lei da Mata Atlântica; pela manutenção de acordos firmados em Audiências Públicas, como é o caso da MP do Código Florestal e assim por diante. Ainda estamos distantes de funcionar assim, em conjunto, colocando "a causa" acima da competição, embora tenhamos progredido desde que a rede de jornalistas ambientais começou a funcionar. Mas é mais um item a ser colocado na lista, quando se trata da cobertura especializada.
